



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ELY TERUEL

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 14 de Novembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

21530

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito boa tarde a todos. Na qualidade de Presidente desta audiência e também como membro da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 12ª Audiência Pública Semipresencial do ano de 2025, nos termos do Requerimento nº 52/2025, de autoria desta Vereadora Ely Teruel, convocada para hoje, dia 14 de novembro, para discutirmos o tema “políticas públicas para mulheres imigrantes”.

Registro a presença *on-line* da Vereadora Rute Costa.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, em Auditórios Online, no *link* Auditório Virtual e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo, ainda, que a realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 7 de novembro de 2025.

Independentemente de qualquer religião das pessoas que estarão presentes, gostaria de iniciar esta 12ª Audiência com muito amor, muita fé e muita generosidade em relação a todos, principalmente a essas mulheres que tanto lutam, as nossas imigrantes.

Também gostaria de falar sobre o PL 1065/2025, desta Vereadora Ely Teruel, do MDB, que altera a Lei 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no calendário de eventos da cidade de São Paulo o Dia da Mulher Imigrante, a ser celebrado, anualmente, no dia 14 de novembro, e dá outras providências. Graças a Deus, tivemos o *ok* dos nossos Vereadores em plenário na quarta-feira e o projeto foi aprovado em primeira votação.

Espero que também possamos aprová-lo em segunda e siga para sanção do nosso Prefeito Ricardo Nunes. Assim, passaremos a celebrar, anualmente, nas datas comemorativas do calendário de eventos da nossa cidade, o dia 14 de novembro, coincidentemente hoje – portanto, data muito especial. Então, gostaria de agradecer esse dia tão importante e por estarmos fazendo essa convocação – com isso, dando ainda mais voz às nossas mulheres, principalmente as mulheres imigrantes. Agradeço a todos os Vereadores que votaram para que esta audiência acontecesse na data de hoje.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 2 DE 42

Neste momento, vou suspender os trabalhos desta audiência pública e a gente vai retornar às 13h, para que a gente consiga ter tempo de os nossos convidados estarem todos presentes. Ainda faltam muitos deles. Houve uma questão de horário. Aí, ficou firmado que abriríamos a nossa audiência ao meio-dia e reabriremos os trabalhos às 13h, dando a palavra aos nossos convidados. Depois, mencionarei, direitinho, quem estará conosco.

Quero dizer que as inscrições *on-line* já foram encerradas, também. Elas ficaram disponíveis por quanto tempo?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Desde o dia 6 de novembro, porque a publicação é do dia 7 de novembro, no *Diário Oficial da Cidade*. É isso, então. Inscrições *on-line* foram abertas desde o dia 6 de novembro, na parte virtual, e hoje ouviremos as pessoas que também se inscreveram presencialmente. Muito obrigada.

Daqui a pouquinho, então, a gente volta. A gente vai suspender os trabalhos desta, que é a 12ª Audiência Pública Semipresencial da Comissão de Saúde, Promoção, Social, Trabalho e Mulher, em que discutiremos políticas públicas para mulheres imigrantes.

Até daqui a pouquinho. Obrigada.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência da Sra. Ely Teruel.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Estão reabertos os trabalhos desta audiência pública, a 12ª Audiência Pública da Câmara Municipal de São Paulo de 2025.

Obviamente, a gente sempre fala: mais mulheres na política, mais mulheres na voz. A Comissão de Saúde, Promoção, Social, Trabalho e Mulher de 2025 traz esta audiência, que a gente realmente coloca na Câmara Municipal, para que a gente possa discutir, para que a gente possa falar sobre essas mulheres imigrantes que vêm para a nossa cidade, buscando oportunidades.

Então, eu gostaria de uma salva de palmas, nesta tarde. (Palmas)

Para a gente começar de uma forma muito ampla e especial, em solidariedade às nossas mulheres imigrantes que foram vítimas de qualquer violência ou que perderam as suas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 3 DE 42

vidas, eu gostaria de fazer um minuto de silêncio nesta singela homenagem. Vamos juntos?

- Minuto de silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Como estava dizendo, independentemente da religião de cada um, aqui, reabriremos os nossos trabalhos com muita fé, a fé que nos motiva todos os dias a lutar por essa causa e a lutar por todas essas mulheres que têm história. A cidade de São Paulo jamais poderia se calar em um momento tão importante e acolhedor.

Eu até gostaria de saber se há algum Vereador *on-line*. Não?

A Vereadora Rute Costa entrou com a gente, na abertura dos trabalhos, ao meio-dia, e, antes de a gente chamar os convidados, eu gostaria muito de compartilhar com vocês a minha gratidão, hoje, por estarmos conhecendo cada um de vocês. O meu coração se enche de alegria e gratidão por ver este plenário tão repleto de histórias, de mulheres de coragem e de muita fé.

Nós estamos aqui, hoje, para ouvi-las, para que vocês deixem os seus recados. Que vocês e suas famílias possam encontrar na cidade de São Paulo, neste novo lar, acolhimento e uma nova chance de recomeçar. São mulheres que enfrentam barreiras todos os dias, mas que continuam firmes, levando amor, cultura e trabalho por onde passam, com as suas mãos calejadas, com os seus artesanatos, com o seu trabalho.

Cada rosto, aqui, representa um sonho, uma luta e uma história de superação. É por isso que este encontro é tão importante, porque ouvir é o primeiro passo para transformar. Hoje, nesta Casa do Povo, na Câmara Municipal de São Paulo, queremos reafirmar o compromisso e o respeito com a igualdade e com a dignidade de cada mulher – seja ela brasileira, boliviana, congolesa, argentina, peruana, mexicana ou de qualquer parte do mundo.

O nosso papel é garantir que essas vozes sejam ouvidas, que as políticas públicas cheguem até quem mais precisa e que o Poder Público seja um aliado na construção de uma cidade mais justa e mais acolhedora, como São Paulo. Quero agradecer o carinho e a presença de todas e todos os convidados, que já vou chamar para se juntar a nós, bem como das instituições parceiras, da minha equipe e de cada pessoa que se dispõe a participar deste momento.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 4 DE 42

Que esta tarde seja de partilha, de união e, acima de tudo, de esperança, porque, quando mulheres se unem – não importando a língua, a cor ou a origem –, elas mudam o mundo. Muito obrigada, por enquanto.

Gostaria, também, de dizer que as inscrições da participação do público foram abertas no dia 6 de novembro. No dia 7, veio o decreto e foi publicada a pauta no *Diário Oficial da Cidade*. A gente abriu as inscrições pelo *site* e pela plataforma *on-line*, conforme o *link* que foi enviado. Ao público presente que também queira, de repente, se manifestar: a gente vai abrir a inscrição, aqui. O Sr. Paulo está aqui. Vocês podem se dirigir a ele, querendo fazer a sua inscrição, e cada inscrito terá três minutos de fala para se manifestar.

Foi convidada a participar desta audiência a Dra. Eliane Martins, mestre e doutora em sociologia, que eu gostaria, inclusive, que compartilhasse com a gente, por favor, esta Mesa. Gostaria de convidar, também, o Dr. Ruy Fernando Gomes, representante do Ministério Público do Trabalho, e a Sra. Aline Bianca Silva, assistente social e Assistente de Gestão em Articulação Institucional do CRAI Oriana Jara. Está acompanhada do seu bebê de oito meses. Seja muito bem-vinda. É um menino? Benício? Que lindo! Seja bem-vinda, Sra. Aline. Gostaria de convidar, também, a Sra. Soledad Requena, Coordenadora do Projeto Cemir, por favor.

Nós temos mais duas convidadas que ainda não chegaram: as Sras. Eliana e Camilla de Vilhena. Vai mandar uma representante? Já chegou a representante da Sra. Camilla? Ainda não? Ok. Então, gostaria de agradecer a presença de cada um de vocês. Muito obrigada.

Eu gostaria de chamar, neste momento, a primeira depoente, que é a Sra. Janeth Mamani Tarqui. Ela é imigrante boliviana, liderança local do grupo de mulheres de Guaianases e Presidente do Cemir. Tem três minutos, Dona Janeth.

A SRA. JANETH MAMANI TARQUI – Boa tarde a todos, a todas e a todes. É uma alegria dar início a esta audiência pública sobre mulheres imigrantes e refugiadas. Eu sou a Janeth Mamani Tarqui. Sou Presidente do Cemir, Centro da Mulher Imigrante Refugiada.

Obrigada por vocês estarem nesta audiência, que fortalece a nossa luta por mais direitos e mais políticas públicas para as mulheres. Quero agradecer novamente por todos

estarem presentes. Sei que não é fácil.

Desejo uma ótima tarde de conversa para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Sra. Janeth. Emociona-se ao falar, mas fique à vontade. Até falou rapidamente. Não é, gente?

A gente vai intercalar. Eu acho que é importante a gente ouvir não só as pessoas que estão inscritas, mas também a Mesa. Gostaria de dar a palavra, então, à Dra. Eliane Martins, mestre e doutora em sociologia. Por favor, tem a palavra.

A SRA. ELIANE MARTINS – Boa tarde para todas nós, especialmente para a nossa companheira que está conduzindo os trabalhos desta audiência pública.

Com muito carinho, quero me dirigir às companheiras mulheres imigrantes dos mais diferentes países que estão conosco nesta tarde, para este momento de diálogo e de construção desta agenda tão importante, a agenda que compõe a vida de vocês, que é uma vida que vem para um país diferente do seu, que atravessa continentes, que faz muitos quilômetros para chegar a outro lugar e iniciar uma nova vida. Porém, quando chegam aqui, encontram um país com tantas contradições, como é o nosso.

O nosso país é um país com tantas possibilidades, com tanto potencial, mas, ao mesmo tempo, com muitos problemas. A gente tem consciência de que a acolhida das pessoas imigrantes no nosso país não é igual para todo mundo. Temos consciência e, por isso, há este momento de diálogo numa Casa importante como esta, que é a Casa que escuta, que dialoga com todos os grupos de uma sociedade complexa, como é São Paulo. Portanto, é um lugar muito especial para a gente trazer como é a vida da mulher imigrante em São Paulo, especialmente no sentido do trabalho, porque ninguém migra de um país para o outro simplesmente a passeio. Por trás da migração, há muitos temas, muitos aspectos, mas o que queremos destacar nesta tarde é o aspecto do trabalho. A transição de um continente ou de um país para o outro é em busca de uma vida melhor, em busca de oportunidades, em busca do desenvolvimento, em busca de uma condição de vida que nos coloque em outro patamar.

Esse mesmo Brasil tem uma das melhores legislações do ponto de vista da migração.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 6 DE 42

É uma legislação ampla, acolhedora, que reconhece que os imigrantes têm os mesmos direitos laborais, por exemplo, de um brasileiro e que podem assinar uma carteira e ter todos os direitos trabalhistas, quando se trata de uma pessoa que está com toda a sua documentação em dia.

Porém, a realidade é que muito poucas pessoas conseguem chegar a esse lugar e temos uma grande maioria, uma absoluta maioria, que está vivendo em condições muito precárias. Muitas chegam aqui e entram no trabalho análogo à escravidão. Estamos falando de um trabalho que, pelo Cemir, a gente acompanha há mais de um ano, em especial, com as companheiras migrantes da Bolívia, do Peru e do Paraguai – muito fortemente, da Bolívia –, que trabalham no mundo da costura, no incrível mundo da confecção.

Essa grande cadeia produtiva, com muitos espaços invisibilizados, onde estão as mulheres trabalhando dentro das suas casas, a gente tem chamado de uma grande fábrica esparramada no território, em que as mulheres trabalham de 14 a 18 horas por dia, com suas famílias, com seus filhos, com suas filhas, dentro das suas casas, onde o aluguel é o dobro mais caro, porque os proprietários, enfim, sabem que ali vai acontecer não só a moradia domiciliar de uma família, mas também uma jornada de trabalho.

Então, essa casa também é uma grande oficina. Também é um grande depósito de roupas e todo esse ambiente é um ambiente de muito trabalho. É a esse ambiente de muito trabalho que infelizmente não chegam a fiscalização, as leis trabalhistas e a regulação dessas condições, porque, nessas condições, existe um mar de atravessadores no meio – entre quem efetivamente consome ou vende essas roupas, quem as corta e quem organiza esse mercado.

Esse mercado não se torna visível. Por isso, é tão difícil enxergá-lo e, por isso, é tão necessária uma Casa como essa abrir um espaço como este, para a gente poder falar sobre isso e poder dizer o quanto é necessário um espaço de mediação, um lugar de diálogo com o Ministério do Trabalho, com o Ministério Público do Trabalho, com as empresas, as grandes empresas desses setores – especialmente, aqui, estamos falando mais do setor da confecção, mas há outros setores e serviços, e tudo o mais.

É importante criar espaços de diálogo para que essa realidade possa ser tratada,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 7 DE 42

desenvolvida, com base na legislação que nós já temos em nosso país, mas que, nessas bordas, nessa periferia do sistema produtivo, acaba não chegando para as nossas companheiras imigrantes que chegam da África, de países africanos, do grande continente africano, e que encontram no nosso país uma ignorância tremenda, que é essa ignorância de achar que a África é uma coisa só, que a África é um só país, e não um continente diverso, complexo, rico e profundo.

Quando essa população chega ao nosso país, encontra um duplo preconceito, porque seus antepassados já chegaram, mas chegaram na condição de escravizados e essa condição até hoje não foi resolvida. Até hoje lidamos com as heranças terríveis e profundas do trabalho escravo de quase 400 anos em nosso país. É um trabalho que se verifica até hoje naquela condição do trabalho braçal precarizado. Todo trabalho braçal no nosso país é entendido como algo de segunda ordem.

Quem trabalha com o corpo – as trabalhadoras da limpeza, os trabalhadores da agricultura, os trabalhadores da construção civil, todos esses que têm que colocar o seu corpo no trabalho – é desvalorizado, porque isso é visto como uma coisa de segunda categoria. A imigrante que chega, hoje, no século XXI, ao nosso país se depara com essa história e é misturada e confundida com a mulher negra de ontem e de hoje que já está no nosso país, nesses 500 anos, e que vive na pele o preconceito, por essa condição de racismo estrutural do nosso país.

Então, as complexidades da realidade dos imigrantes, especialmente das mulheres, representam algo de muitas profundidades, o que requer de nós uma sensibilidade tremenda para encontrarmos os caminhos. Aí, quero fechar com isto: são os caminhos de sensibilizar os órgãos públicos brasileiros e o funcionário público brasileiro – esse mesmo funcionário público que muitas vezes está abarrotado, cansado, que também não é muito respeitado no seu trabalho e vai empurrando essa documentação. Você tem que voltar para levar outro documento. Parece que nunca termina a saga dos documentos no Brasil.

Contudo, infelizmente, minha gente, essa saga é de todos nós, brasileiros, também.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 8 DE 42

Este é o país da documentação sem fim. Um exemplo é quem faz o Cadastro Único da assistência social. Enfim, toda documentação no Brasil é penosa, mas compreendo que é muito mais penosa para os imigrantes.

Então, temos uma série de tarefas, uma série de aspectos para serem trabalhados nos órgãos públicos, nas estruturas públicas, nas políticas públicas brasileiras, para nós olharmos com mais atenção, com mais carinho e com cuidado para essa pauta, que é, sem dúvida nenhuma, uma pauta profunda, sensível e de um caráter humano muito profundo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Dra. Eliane Martins, mestre e doutora em Sociologia.

Eu gostaria de dar a palavra, agora, à assistente social e Assistente de Gestão em Articulação Institucional do CRAI Oriana Jara, a Sra. Aline Bianca Silva. Por favor, tem cinco minutos.

A SRA. ALINE BIANCA SILVA – Olá. Boa tarde. Eu gostaria de começar agradecendo à Vereadora Ely Teruel, a todas as pessoas que estão contribuindo com a Mesa, neste debate, às pessoas que estão presentes e às pessoas que estão *on-line*, também.

A minha fala vai ser toda trazendo pontos que, na verdade, não quero sobrepor a ninguém e também sei que a gente vai ouvir muitas histórias incríveis e potentes, aqui.

Então, trago um ponto que acredito ser muito fundamental, que é a feminização da migração. Durante muito tempo, os estudos migratórios tratavam a migração como um fenômeno essencialmente masculino. Então, as mulheres vinham como as acompanhantes, as dependentes, como parte do processo de reunião familiar. O homem migra, primeiro; depois, a mulher vem – ou, simplesmente, elas eram invisíveis em dados, em propostas, etc.

Eu reforço esse ponto, para a gente entender o quanto é urgente fazer esse recorte de gênero. Senão, a gente perde muito em relação a compreender a complexidade da migração feminina, uma vez que as causas, os padrões e as experiências são diferentes para a população feminina.

Vou trazer um artigo muito interessante, também, das professoras Rosana Baeninger e Roberta Guimarães Peres, uma contribuição muito valiosa em relação ao recorte de gênero, para mostrar que as experiências das mulheres são diferentes nas esferas familiar, doméstica e do mercado de trabalho, mas que também vai trazer essa intersecção sobre o que tem a ver imigração feminina com ciclo de vida e com estratégias migratórias. Então, quando a mulher migra, a estratégia que vai adotar tem muito a ver com o contexto de vida que ela está vivendo, se a pessoa é casada ou não, se tem filho ou não, se trabalha fora ou não. Quem é essa mulher? Aí, ela vai trazendo as estratégias de vida para a migração.

Isso tem um impacto e influencia muito como ela vai viver essa experiência no novo país de acolhida. Aí, quero trazer um pouco sobre trabalho, fazendo um eco com a colega, Dra. Eliane, que acabou de falar. Quero focar, também, um pouquinho, a questão do trabalho, que é fundamental. Então, o trabalho é, sem dúvida, assim como a nossa colega acabou de falar, um dos principais motivadores para a migração, se não o principal motivador para migrar. É por meio do trabalho que se constrói autonomia, que há a inserção nessa nova sociedade, que se consegue moradia, alimentação e melhorias nas condições de vida não só daquela pessoa imigrante, mas também, por meio de envio de remessa de dinheiro, das suas famílias, dos familiares que ficaram em outros países, em outras localidades – às vezes, até no próprio Brasil.

Agora, vou falar um pouquinho mais sobre o CRAI. Eu trabalho no CRAI, Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes, que faz parte da política pública municipal da cidade de São Paulo. Essa política está vigente desde 2016, mas o CRAI nasce em 2014. Faz 11 anos, exatamente hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Solicito uma salva de palmas. (Palmas)

A SRA. ALINE BIANCA SILVA – A equipe está celebrando internamente, mas a nossa celebração externa será em dezembro. Será vinculada, também, com a Semana de Direitos Humanos, que será em dezembro.

Muito rapidamente: o CRAI é esse Centro de Referência, que oferece apoio especializado e multilíngue às pessoas migrantes, independentemente da situação de

regularização migratória. É um lugar onde se promove acesso a direitos, à inclusão social, à cultura, ao lazer, etc. Ficamos localizados na rua Major Diogo, no bairro da Bela Vista. Temos, em média, mil atendimentos por mês. Então, são mil pessoas diferentes que passam pelo CRAI, todos os meses, basicamente. A gente também tem uma unidade móvel que tem como missão fazer atendimentos de forma descentralizada, considerando a imensidão da cidade de São Paulo.

Trazendo um pouquinho desse foco, de como a gente atua nessa questão do trabalho, o CRAI desde sempre contribui com projetos para pessoas imigrantes, que ofertam, muitas vezes, vagas de emprego, mas também com capacitação, cursos profissionalizantes, com a finalidade de promover a inclusão no mercado de trabalho, bem como a geração de renda. Isso vai depender, também, de como é a proposta.

O que a gente preza nos parceiros é que tenham principalmente dois eixos de trabalho. Então, há o trabalho com as empresas contratantes, porque a gente sabe da especificidade da população imigrante. A gente sempre tem esse olhar. Essa organização que está propondo o projeto trabalha com as empresas que querem contratar? Essas empresas estão sensíveis? Estão cientes sobre a legislação trabalhista para a população imigrante? Essas empresas estão abertas, também, para fazer ajustes necessários no processo seletivo?

Por exemplo, não dá para pedir à população imigrante que essas pessoas tenham título de eleitor – e reservista, no caso dos homens – ou que tenham o PIS, porque, muitas vezes, é o primeiro trabalho formal que essa pessoa tem. Para além disso, deve existir um acompanhamento pós-contratação, porque o objetivo não é só contratar, mas manter essa pessoa. Então, é uma empresa que está promovendo integração internamente, que faz mediação quando há diferenças culturais? Há outras formas.

O outro eixo é se aquela organização também está pensando em trabalhar com as pessoas imigrantes. Então, se, de um lado, a gente reforça que as empresas que querem contratar precisam, sim, seguir a legislação trabalhista – e pode ser um pouco absurdo, mas, às vezes, não é –, a gente também precisa trabalhar com a população imigrante a respeito de

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 11 DE 42

orientação, para entender se está ciente e também como fazer para denunciar se existe uma infração ou alguma coisa assim.

É muito importante, também, para a gente, olhar para essa população imigrante que está em busca de trabalho, para ver se estão sendo considerados o perfil dela e a sua expectativa de trabalho, se as experiências que ela teve no seu país de origem e em outros países também estão sendo consideradas. Obviamente, esse acompanhamento é contínuo, porque, às vezes, a pessoa entra para trabalhar em uma coisa e, aí, ela começa a trabalhar com outras coisas.

Além disso, o CRAI sempre se coloca à disposição e se vincula, também, às pessoas que passam por ele, para tirar dúvidas e para dar às pessoas acesso em relação às questões trabalhistas, mas também acesso às políticas da assistência social e da educação. Estamos falando de mulheres imigrantes, de pessoas imigrantes, mas também das suas famílias, que precisam de rede de apoio, que precisam acessar todas as outras políticas.

Era isso o que eu gostaria de trazer à nossa discussão de hoje. Fico por aqui e agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada, Sra. Aline Bianca, assistente social e Assistente de Gestão em Articulação Institucional do CRAI Oriana Jara.

Eu gostaria de dar a palavra, também, à Sra. Soledad Requena, Coordenadora do Projeto Cemir. Foi por meio da Dona Soledad, com mais algumas pessoas que estiveram no meu gabinete, pedindo para que a gente pudesse fazer um trabalho e ouvir vocês. Isso é muito importante. Então, quero agradecer mais uma vez a sua presença e gostaria, também, que a senhora falasse um pouquinho sobre esse trabalho lindo que vocês fazem, de luta. Ela pôde nos trazer a informação de que muitas famílias precisam ser acolhidas, de uma forma geral. Como a gente falou, Sra. Eliane, nós precisamos não só cuidar das mulheres, mas da família, em si.

Quero, também, agradecer mais uma vez a presença de cada um de vocês, mas gostaria, neste momento, de ouvir a Sra. Soledad Requena, por favor. Tem cinco minutos.

A SRA. SOLEDAD REQUENA – Se puderem ser dois mais, seria genial. Eu quero, antes de tudo, agradecer profundamente a acolhida e o apoio que estamos tendo da Vereadora

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 12 DE 42

Presidenta da Comissão, Ely Teruel. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Imagine.

A SRA. SOLEDAD REQUENA – Hoje em dia, é tão difícil sermos acolhidos, principalmente se somos mulheres imigrantes e se, além do mais, temos origem indígena ou somos negras. Então, muito obrigada.

Além disso, temos, aqui, um conjunto de rostos, muitas caras de toda cor, de toda forma, de toda religião, de diversidade. Temos mulheres árabes. Temos companheiras do Afeganistão e da Tunísia. Temos mulheres do Congo e do Togo. Temos mulheres latinas, argentinas, bolivianas. É peruana esta que fala.

Então, para nós, do Centro da Mulher Imigrante e Refugiada, é uma enorme alegria, porque eu sempre falo, Vereadora Ely e todas as companheiras da Mesa, que os caminhos se vão construindo aos poucos. Nada é feito de um dia para o outro. Iniciamos em 2017. Hoje, estamos em 2025 e a gente sente que caminhou. Antes, éramos bolivianas, peruanas, por aí, e uma ou outra africana, mas hoje somos de diversas nacionalidades. Uma vez mais, muito obrigada por isso.

Entretanto, eu quero pontuar dois aspectos importantes, neste tempo. Um aspecto importante é a problemática de emprego para as mulheres imigrantes e refugiadas. Os temas que nos trouxeram aqui, fundamentalmente, foram vários, mas o tema central é o trabalho. Hoje em dia, nós temos mulheres imigrantes em situação análoga à escravidão ou mulheres trabalhando em condições precárias, extremamente precárias. Muitas mulheres chegam aqui em situação de tráfico humano, também. Há muitas mulheres que são discriminadas por serem negras, por serem indígenas, por não falarem bem o português, por serem mulheres de diversidade sexual, ou trans, ou mulheres lésbicas. Há uma enorme dificuldade para nós.

Então, o que o Cemir tenta fazer com este projeto é ampliar nosso olhar a todas as mulheres que vêm, mulheres da terceira idade, mulheres idosas que chegam em situações extremamente vulneráveis. Eu quero visibilizar essa presença de vocês e agradecer a vocês. Dentre todas as etapas em que vimos caminhando, estamos iniciando uma etapa fundamental.

Qual é essa etapa? A etapa é ir avançando, construindo e propondo políticas públicas para nós, mulheres imigrantes e suas famílias.

Por que estamos insistindo tanto nisto? Porque, como já se falou, anteriormente, há a problemática de saúde para nós, mulheres imigrantes e nossas famílias. Diríamos que estamos tendo acesso e estamos tendo facilidade. Existem problemas, como em qualquer instância pública, mas a maior certeza é de que todas temos acesso à carteirinha de saúde. Isso é um avanço que não existe em nenhum país, principalmente da América Latina, e muito menos da Europa ou dos Estados Unidos. Aqui, todas temos acesso.

Outra coisa importante a relevar é a questão da educação. Nós todas podemos trazer nossos filhos e os nossos netos. O sistema da educação, especialmente em São Paulo, nos acolhe; os serviços de creche, também – com dificuldade, mas nos acolhem. Como mulheres imigrantes, temos duas problemáticas maiores: a violência contra a mulher, em todas as formas, incluindo o feminicídio; e a problemática do trabalho. Esses são dois aspectos importantes que reitero, porque, segundo dado que foi colhido de uma instância das Nações Unidas, só 5% têm acesso ao trabalho digno. Olhem para este dado: das mulheres, no Brasil, aproximadamente 95% não têm acesso ao trabalho digno. Quando estamos falando de acesso ao trabalho digno, estamos falando de direito às férias, à licença-maternidade ou à licença-paternidade. Ou seja, há outros direitos que nós nos acedemos.

Então, quando a gente faz este tipo de encontro, com todo o apoio que estamos tendo, a gente está pensando em políticas públicas para o trabalho das mulheres. Está difícil a geração de renda para as mulheres. Não está sendo fácil. Muitas trabalham nas oficinas de costura, muitas vezes, sujeitas a trabalho análogo à exploração. Muitas vezes, antes recebiam um valor “x” e hoje recebem um valor muito inferior.

Outra problemática: o trabalho precário e as condições de saúde. Muitas têm problemas nos rins. O pessoal da saúde estava comentando que têm problemas nos rins porque a postura de se sentar não está ajudando.

Outro é o problema da violência contra a mulher. Muitas vezes, em nossas

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 14 DE 42

comunidades, temos dificuldades, muitas vezes, de compartilhar esses problemas. Então, o Cemir está para isto: para poder acolher, com o apoio de todas as autoridades que têm essa sensibilidade.

Eu sempre falo, sempre repito e sempre lembro que meus filhos são brasileiros, casados, um com uma de origem italiana e outro com uma de origem alemã. Então, quando converso com minhas noras, a primeira coisa que falo é: “Suas famílias chegaram aqui como imigrantes. É verdade ou não?” Elas falam: “Sim.” “Vocês sabem o que elas sofreram para alcançar o que hoje vocês estão colhendo?” “Muito.”

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – É verdade.

A SRA. SOLEDAD REQUENA – Então, estou sempre apelando aos brasileiros, às brasileiras, às autoridades, dizendo que nós somos mulheres com muita força. Ninguém nos vai questionar por que somos preguiçosas. Isso é um estigma, uma coisa mal interpretada. Aqui, as mulheres são trabalhadoras, guerreiras, honestas, lutadoras.

Há esta ideia de políticas públicas, com apoio da ONU Mulheres. Estamos fazendo este evento, este processo, com o apoio da ONU Mulheres. Certo? Então, estamos iniciando este caminho e temos metas para o médio e o longo prazo. Pretendemos, com o início desta nova etapa, continuar gritando a todas as vozes que estamos juntas e que ninguém pode soltar a mão de ninguém. Todas as mulheres, de qualquer nacionalidade, de qualquer religião, de qualquer instância, têm nosso apoio. Estamos aqui. Eu comecei esta luta há 10 anos, já. Hoje, estou me sentindo feliz, porque estou sentindo um pequeno triunfo, de tantos triunfos que virão.

Muito obrigada, uma vez mais, à Vereadora Ely Teruel. Muito obrigada a todas e a todos por estarem aqui, com a gente. Agora, queremos ouvir vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Sim, já está chegando o momento. Ela fala de um jeito tão gostoso e fala com tanta propriedade do que realmente tem acontecido, que eu não tive coragem de pedir para ficar nos cinco minutos. Viu, Sra. Soledad? É uma querida e pode contar comigo. Falou de caminhos que estão sendo abertos, da possibilidade de vocês terem a voz de vocês e de não soltarem as suas mãos. Essa é uma frase que a Dona Soledad acabou

de citar, de uma forma muito ampla.

Então, eu gostaria que todos, agora, dessem as mãos, porque é por meio deste primeiro momento, nesta Casa, que nós estamos aqui, juntos, fazendo soar essa grande voz a todas vocês, mulheres imigrantes, que precisam de trabalho, que precisam de oportunidades. Eu quero, nesta tarde, agradecer a Deus, mais uma vez, e dizer que, se vocês não tivessem vindo até aqui buscar voz, jamais a gente poderia ter feito um movimento como este. Muito obrigada a todos. Podem soltar as mãos, mas, ao mesmo tempo, unidas na comunhão.

Eu quero contar para vocês que, por meio desta audiência pública, que veio com muita alegria ao meu coração, nós criamos um projeto de lei e já houve votação na quarta-feira passada, anteontem. Como hoje é dia 14 de novembro, nós incluiremos nesta Casa esse projeto de minha autoria, o PL 1065/2025, que inclui no calendário de eventos da cidade de São Paulo o Dia da Mulher Imigrante. Foi votado em primeira. Agora, será votado em segunda, na próxima votação que entrar para o Plenário, com os nossos Vereadores desta Casa – e também com a oportunidade da sanção do nosso Prefeito Ricardo Nunes. Tenho certeza de que colocará no nosso calendário essa data tão importante. Gostaria de agradecer, mais uma vez, por todos estarem aqui.

A gente fala tanto nesse tema e gostaria de ouvir as palavras do Dr. Ruy Fernando Gomes Leme Cavaleiro, representante do Ministério Público do Trabalho. Por favor, fique à vontade. Tem cinco minutos.

O SR. RUY FERNANDO GOMES LEME CAVALHEIRO – Boa tarde. Quero saudar todas as pessoas presentes, direta e telepresencialmente, especialmente na pessoa da nobre Vereadora Ely Teruel. Eu sou um homem branco, de cabelos grisalhos. Uso óculos e tenho ascendência libanesa.

O que nós temos para falar sobre o trabalho da pessoa migrante e refugiada – da mulher, especialmente? Hoje, nós temos esse fluxo de pessoas por conta de vários apocalipses que nós vivemos: um climático, um político, um econômico. É difícil dizer onde um não é o outro, onde o clima não tem claros impactos na política, na economia, mas as pessoas estão se

movendo ao longo do mundo para encontrar situações melhores de vida. Ninguém sai do seu país só para curtir, só para experimentar uma coisa nova. As pessoas saem para tentar viver melhor e isso também tem a ver com o trabalho. As pessoas saem e vão ter que pensar em viver com o trabalho.

No Brasil, via de regra, a gente percebe que a pessoa que vem de outro país, seja como uma refugiada, seja uma imigrante em situação legal ou ilegal, se sente desprotegida. Ela se sente frágil e, conseqüentemente, existe gente que se aproveita disso para tomar um benefício em relação a essa pessoa.

Existem duas situações: a primeira é ter um trabalho precário. A pessoa não vai ter registro. Ela não vai ter jornada, não vai ter fim de semana, não vai ter descanso, não vai ter férias. A segunda situação é mais grave. É a escravização: a pessoa vai ser sujeita a não ser mais sujeito. Ela vai ser sujeita a ser um objeto, a ser menos do que a lei reconhece como um ser humano que tem direitos.

O que isso significa? Vai ter restrição do seu direito de ir e vir, não pode sair do local e os seus documentos vão ficar com o empregador, seja um passaporte, seja um RNE, seja um documento de identidade. Vai ficar com o empregador, para evitar que a pessoa fuja. Ela vai ter dívidas. Via de regra, pessoas vêm para cá com dívidas. “Olha, vamos ao Brasil. Eu pago a sua viagem. Vai custar cinco mil reais. Eu pago o seu apartamento. Eu pago a sua moradia e você vai me pagando aos poucos.” Porém, essa dívida quase nunca acaba. A pessoa fica escravizada. Fica presa a essa dívida, sem conseguir se libertar dela.

Também, existe um medo de que a pessoa venha a ser presa. Em países como os Estados Unidos e Israel, por exemplo, onde trabalhar de modo ilegal é crime, a pessoa é presa por isso, mas no Brasil não é crime você trabalhar ilegalmente. Não é crime você ser um estrangeiro ou uma estrangeira e trabalhar ilegalmente. Isso não é crime. A pessoa não vai presa, mas as pessoas acham que sim.

Por conta disso, empregadores abusam da ignorância em torno desse medo para conseguir vantagem. Qual é a vantagem? Não pagar direito, pagar menos e tomar mais trabalho.

Como a Dra. Eliane disse, eles fazem jornadas de 14 horas. Existe gente que dorme ao lado da máquina de costura.

Vemos um recorte claro de gênero: enquanto no campo o trabalho é essencialmente masculino, como, por exemplo, cortar madeira, passar veneno e colher produtos que estão sendo plantados, na cidade o trabalho é diferente e acaba sendo mais feminino. Por exemplo, há os cuidados. Nós temos vários casos de mulheres que são domésticas, que vêm de outros países e acabam sendo escravizadas. Não são só estrangeiras, mas também nacionais. Isso é muito comum de acontecer no Brasil. Também há o trabalho de costura. Então, há um recorte de gênero. O trabalho pesado, por uma visão patriarcal, é dado ao homem. O de cuidados – ou aquele que seria, em tese, tipicamente feminino – é da mulher. Na cidade, temos muito trabalho em situação de escravidão de mulheres e é lógico que isso tem que ser combatido.

O que a nossa lei fala? Nós temos uma lei que é muito avançada, mais avançada, até, do que as normas internacionais. A ONU não tem uma norma que seja tão boa quanto a nossa – nem a OEA e nem a OIT. O que diz a nossa norma? O que é crime? A pessoa não poder sair do trabalho. O que é crime? Você ter documentos com o empregador, sem poder sair. O que é crime? Dívidas que você tem com o empregador. Também é crime jornada exaustiva – 14 horas, por exemplo.

Também são crime condições degradantes. O que é degradante? Tratar a pessoa como objeto, tratar a pessoa como uma não pessoa. É você, por exemplo, estar sujeita a ficar em condições, como a Sra. Soledad disse, que não são saudáveis ao corpo. O que eu mais vejo, quando eu faço diligência em um centro de costura, são cadeiras inadequadas. “Ah, mas, é só uma cadeira.” É uma cadeira em que a pessoa fica por 14 horas, com movimentos repetitivos, com pouca luz. Isso vai comendo a saúde da pessoa, vai acabando com a saúde da pessoa. A gente não tem máscaras. Então, em suspensão, existe o pó daquele tecido. O pó que está no ar, que a gente respira, é acumulado no corpo. A gente tem ruído. Com ruído em excesso, você perde a audição. Nenhuma perda auditiva consegue ser recuperada. Perdeu a audição? Só piora, só aumenta mais.

Para nossa lei, isso é desumano. Isso é degradante. Nenhuma pessoa tinha que fazer isso para viver. A ideia é esta: o seu trabalho o mata. O seu trabalho faz você ser menos que um boi, menos que um bezerro, menos que uma galinha pronta para o abate. Isso é ilegal. Isso é inconstitucional, inclusive. A gente age em relação a isso, para acabar com essas situações, para tentar botar a lei atuando em relação a isso.

Então, primeiramente, nós fazemos uma investigação. A gente recebe denúncias e vou dizer: querem denunciar para a gente? Denunciem, por favor. Juguem no Google: “denúncia, escravidão” ou “denúncia, Ministério Público do Trabalho”. Eu estou usando o termo “escravidão”, que não é o termo correto de acordo com a lei. A lei fala em trabalho análogo à escravidão, mas, para que a gente seja entendido, é bom que se comunique de modo que seja compreensível. Então, é só jogar no Google: “denúncia de sistemas”. Vai aparecer a gente, do Ministério Público do Trabalho, ou o Ministério do Trabalho, mas denunciem e a gente vai apurar, vai ver o que está acontecendo e vai tentar fazer com que a lei aja.

Como é que a gente atua? A gente faz uma diligência e vê se realmente é um caso de trabalho em condições de escravidão ou não. A gente faz essa diligência com técnicos – com a polícia, várias vezes, porque realmente existem situações que são pesadas, em que há outros crimes acontecendo, que não são só os crimes em relação ao trabalho – e faz o resgate.

A ideia é esta: a pessoa que está trabalhando ilegalmente e a estrangeira não vão ser presas. Por mais que o empregador diga que vão ser presas, não vão, porque o trabalho no Brasil não é um crime. Então, façam a denúncia. A gente vai investigar e vai tentar corrigir a situação de quem está lá – por exemplo, dando a carteira de trabalho, cobrando os valores que são devidos, fazendo a notação e também fazendo a liberação. A pessoa vai ter o trabalho dela como se fosse legal, porque é legal. Vamos fazer o resgate, pagar o valor do seguro-desemprego e fazer a pessoa também conseguir no Brasil a autorização de permanência, para poder viver.

A nossa lei em relação a isso é tão avançada que a pessoa é resgatada e passa, já, a ter direito de morar no país. É isso o que diz a nossa lei. Contudo, é claro que a lei é uma conquista. Ela não foi dada. Não caiu do céu. Depende de nós, como cidadãos e cidadãs,

continuarmos a votar bem para que isso não seja retirado do nosso arcabouço de direitos.

Por fim, as pessoas podem pensar o seguinte: “Ah, mas só isso é escravidão? A pessoa não está acorrentada. Ela não está presa.” Todavia, historicamente, não existe só um único tipo de escravidão. Quem lê a *Bíblia*, vê que os judeus no Egito não estavam presos. Não estavam acorrentados. Eles andavam pela cidade. A gente vê, por exemplo, os *vikings*: a mesma coisa. Inclusive, a base do trabalho no Brasil, antes da libertação da escravidão, era o trabalho escravo. Então, havia escravizados que estavam no campo e, também, nas cidades. Na cidade, o escravizado ia comprar coisas na mercearia, levar um pano para alguém, fazer uma encomenda. A pessoa transitava livremente. Então, restrição de locomoção, sozinha, não é a única coisa que caracteriza a escravidão; a escravidão é sempre relacional.

Qual é o momento, hoje? O momento, hoje, é de ter férias e 13º salário, de trabalhar oito horas por dia, de não ter que inalar coisa que vai te matar, de não ter que ouvir o ruído que te faz ficar surdo. Aquilo que contraria isso faz com que a pessoa seja menos. Logo, na nossa visão, é uma escravização moderna.

Com isso, então, encerro a minha fala.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada. Isso é importante a gente ouvir.

Alguns convidados ainda não chegaram, mas vou dar a palavra à Sra. Paulina Meza, mexicana, comunicadora do Cemir. Seja bem-vinda. Tem três minutos.

A SRA. PAULINA MEZA – Primeiramente, obrigada pelo convite e obrigada a todas as mulheres que estão aqui. Eu sei que não é fácil, como migrante, ter um tempo e um espaço, pois temos que trabalhar um pouco mais para conseguir tudo. Obrigada, também, à Vereadora, por esta mediação com o Governo e com todas estas pessoas, pois a gente precisa que escutem as realidades e as diversidades das mulheres imigrantes.

Um dos trabalhos que estamos fazendo, agora, no Cemir, especificamente na área de comunicação, é tentar comunicar e sensibilizar as pessoas do Brasil sobre a verdadeira situação, porque, como comentava a Eliane, já existem, sim, umas leis que contemplam os

mesmos direitos de trabalho. Porém, você vai ao campo, na realidade, e a maioria das mulheres imigrantes e refugiadas não têm os mesmos direitos e não querem ser cadastradas. Elas são intimadas, também, pela situação em que chegaram.

Sou comunicadora e também sou documentarista. Pessoalmente, tenho conversado com muitas mulheres diversas do Brasil, imigrantes, e não conheci uma mulher que não falasse que ela só quer trabalhar e ter um trabalho digno. Não conheci uma mulher que falasse: “Ah, eu quero ganhar, de graça.” Não, todas querem trabalhar. Todas têm essa vontade de viver. Elas gostam do Brasil, mas querem melhores condições.

Eu quero também pontuar uma coisa que existe em todas essas condições já faladas, análogas à escravidão, de não ter carteira assinada, que é a burocracia, também. São coisas dos mesmos empregadores, mas também existem pessoas que a gente escutou, há pouco tempo, nas rodas de conversa, que vêm de lugares da África e de outros lugares, que também têm, já, uns estudos, que também têm certificados, e aqui se deparam com umas burocracias muito grandes para poder trabalhar nas áreas. Não é só por ser imigrante. Também atravessam muitas coisas ligadas com preconceitos.

Eu não sei se está por aqui, mas alguém falou: “Eu percebi que eu precisaria de uma pessoa brasileira, branca, me recomendando, para a empresa prestar atenção ao meu perfil.” Eu falei: “Como assim?” São coisas que atravessam várias camadas e que precisam ser faladas. Precisam ser escutadas.

Aliás, temos trabalhado, também, no Cemir, com muitas mulheres imigrantes da América Latina, minhas irmãs, e eu estou muito feliz por agora estarem incluindo mulheres de outros lugares, da África e do Oriente. É uma diversidade que estou vendo, aqui. Existe, também, uma diversidade problemática. Cada qual tem os seus pontos de vista. A gente quer muito escutar vocês e lutar juntas. Um dos objetivos deste projeto do Cemir é esta organização. É fortalecer esta organização de vários pontos de vista para promover os direitos, a autonomia, esta luta, por tudo o que a gente acha que não está sendo feito, porque, às vezes, existe a lei, mas a gente não está vendo, na prática, isso sendo feito.

Então, nós nos unirmos sempre vai nos fazer mais fortes. Por mais que sejamos diferentes, que tenhamos diferentes religiões e diferentes culturas, eu acho que a gente está aqui, como bem falaram, para poder crescer, para poder movimentar também o Brasil. Por exemplo, as costureiras movimentam a costura. Em tudo que tem a ver com a moda, no Brasil, elas são a base.

Uma das coisas superimportantes é poder fazer um canal de conversa entre todas as empresas que sabem que elas existem, que sabem que não têm os direitos, que sabem que estão sendo exploradas e não fazem nada. Então, a gente também precisa falar sobre isso, sobre esse canal de comunicação, sobre nós, mulheres imigrantes, sobre todas estas pequenas falhas que eu acho que podem ser melhoradas para nós e para todas as mulheres que vêm depois de nós.

Muito obrigada. Estamos juntas.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, Sra. Paulina. Se eu pronunciar o nome de alguém errado, por favor, vocês me corrijam, porque são nomes bem diferentes.

Tem a palavra a Sra. Dilma Chilaca.

A SRA. DILMA CHILACA MEDINACELI – Boa tarde a todas e a todos. Muito obrigada, Vereadora Ely Teruel, por nos receber aqui. Estou muito feliz. Eu me chamo Dilma Chilaca Medinaceli. Sou boliviana. Já moro aqui há mais de 18 anos. Sou costureira e sou liderança de Guaianases, na zona Leste. Temos um grupo de mulheres imigrantes refugiadas, também. São 70 mulheres em Guaianases e em diferentes bairros, que também estão aqui.

Também agradeço a essas mulheres costureiras. Sei que hoje não foi fácil vir aqui, porque a gente está trabalhando e, quando é final de ano, a gente trabalha mais. Eu sou costureira e vou pontuar, também, a fala que já fizeram, porque é a realidade, o dia a dia, com que trabalho, como todas as minhas companheiras. É o viver de todos os dias.

Então, como sou costureira, comecei, na verdade, há mais de 22 anos e já fui à Argentina. Depois, voltei. Eu vim ao Brasil procurando um futuro melhor para meus filhos. Eu tenho quatro filhos e a cada dia sigo lutando por um futuro também para mim e para todas as

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 22 DE 42

fls 23

mulheres.

Sei que, para nós, costureiras, não é fácil. Apelo às empresas têxteis para que coloquem a mão no peito e também nos ajudem a sair desse trabalho precário, porque a cada dia a gente está lutando para sair disso. Eu, por exemplo, comecei trabalhando como terceirizada. Por cinco anos, trabalhei como terceirizada. Eu sei o que é isso, porque a gente vem aqui e não tem documento. Como já falaram, intimidam, falando que, se você sair, vai ser presa, mas não é assim. Então, a luta é a gente que faz, no dia a dia. Eu, como liderança, incentivo a luta das mulheres que vêm agora, com o apoio do Cemir.

Eu fui me empoderando e procurando ajuda, porque eu também trabalhei como terceirizada. Tinha companheiras, com quem a gente jogava futebol, que tinham problemas, porque estavam passando por violência e também os filhos estavam sofrendo *bullying* nas escolas. Por causa do idioma, a gente não ia, também, à delegacia.

Na verdade, eu também tenho uma pequena história. Quando eu fui roubada no Brás, eu fui a uma delegacia. Não fui bem atendida e voltei muito decepcionada, mas eu sempre falo que a gente tem que seguir lutando, dia a dia, para poder melhorar. Contudo, como eu falei, já estou há 18 anos trabalhando na costura no Brasil e, em todo esse tempo, não mudou muita coisa, mas a gente está lutando. Por exemplo, no meu caso, para poder melhorar e trabalhar legalmente, estou emitindo tudo, certinho.

Por que a gente trabalha em casa? Sempre, nosso objetivo é ter um lugar de trabalho – e não em casa, com a família. É difícil. Porém, lamentavelmente, como falei, temos preços muito baixos e não dá para viver com toda a família e alugar um lugar só para o trabalho. Entretanto, a gente está lutando para sair disso. O nosso objetivo é sair e ter um lugar de trabalho, ter um lazer.

Hoje, eu trabalhei 18 horas para vir aqui. Por que trabalhei? Porque é final de ano e as empresas estão saindo de férias. Em janeiro e fevereiro, a gente não tem serviço. Então, a gente tem que trabalhar para poder cobrir esses dois meses de aluguel, porque a gente mora de aluguel. Eu tenho meus filhos. Meus filhos têm que comer. Então, tenho que correr atrás.

Eu sei que muitas companheiras fizeram isso. Todas vimos conversando. Quantas horas trabalhamos? Apesar de eu dormir quase uma hora e meia, sei que preciso de mais. Sempre falo, também, que nós temos que parar com isso e procurar uma melhoria. Contudo, nós queremos um preço justo para poder melhorar, porque, quando trabalhamos como terceirizados, é muito ruim.

Quero concluir parabenizando as minhas companheiras. Com a luta que já fizemos, começamos uma economia solidária com 15 mulheres. Elas estão presentes e talvez possam ficar em pé. Isso é para poder melhorar o nosso futuro. Sabemos que, juntas, somos mais fortes. Sozinhas, não conseguimos chegar a isso.

Muito obrigada, também, mais uma vez, por nos receber. Na verdade, eu me sinto muito feliz por também estar neste espaço. Muito obrigada à Vereadora Ely Teruel, em especial, e a cada um dos presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, querida Sra. Dilma, imigrante boliviana.

Eu gostaria de convidar, também, uma imigrante argentina e membro do coletivo Rede MILBi+, a Sra. Florencia Juana Castoldi.

A SRA. FLORENCIA JUANA CASTOLDI – Muito obrigada. Primeiramente, quero agradecer ao Cemir, na pessoa da Soledad, pelo convite para estarmos, hoje, juntos, aqui. Agradeço, em sua pessoa, Vereadora Ely Teruel, a abertura da Casa do Povo para os imigrantes.

Ainda que saibamos que não temos voto no Brasil, somos cidadãos e formamos parte deste país, na construção cotidiana, por meio dos nossos trabalhos e de cada um dos aportes que fazemos, especificamente, nesta cidade de São Paulo.

Eu represento a Rede MILBi+, que é uma rede formada por imigrantes internacionais e refugiados LGBTQIA+. Começamos em 2017, mas agora estamos conformados com mulheridades e transidentidades. Moramos nesta cidade e em outras cidades do Brasil e tentamos, com nossas práticas, acompanhar e acolher nossa diversidade.

Eu acho interessante que nos tenham convidado para este encontro, porque nós,

imigrantes, somos bem diversos, não somente pelo país ou continente de origem, mas também por tudo que nos atravessa. Todos nós, como pessoas LGBTQIA+, temos as nossas particularidades.

Falavam sobre as mulheres e as suas famílias, como imigrantes, e, na maioria das vezes, o imigrante LGBTQIA+ migra sozinho, porque tem que romper laços com a sua família para poder viver a liberdade. Então, muitas vezes, chegamos a este território sem ninguém, sem rede de apoio, porque a mesma comunidade que nos violenta com transfobia ou LGBTfobia em nosso país de origem continua aqui, sem nos acolher, sem ter essa rede de apoio.

Muitas vezes, estamos juntos. Alguns de nós são imigrantes com privilégios. Eu falo que tenho privilégio porque eu tenho a minha família aqui, possibilidade que a grande maioria não tem, e, com isso, fica-se muito sozinho. Então, precisa realmente haver rede de apoio e nós, como imigrantes internacionais, deveríamos vivenciar essa solidariedade com os nossos irmãos e as nossas irmãs.

Gostaria de falar que, sem família, sem rede apoio, tudo fica mais complexo e mais difícil, mas, como falávamos, poucos dias atrás, numa oficina que tivemos no Museu da Diversidade, quando chegamos aqui encontramos liberdade, porque ainda há mais de 60 países onde ser LGBT é criminalizado. Então, o Brasil, ainda que seja um país que tem o maior índice de mortes de pessoas trans, é um país que dá liberdade para as nossas “corpas” e os nossos corpos. Poder construir esta cidade é um privilégio, ainda que sem rede de apoio.

Por isso, é muito importante estar aqui e pensar quais são as estratégias que podemos fazer para brindar com rede de apoio esses imigrantes internacionais, essas mulheres LGBTs, que estão presentes nesta cidade. Quando pensamos nessas estratégias, temos que pensar especificamente em trabalho e temos essas situações de que estávamos falando, análogas à escravidão, mas também temos algumas outras coisas a considerar.

Por exemplo, há as políticas públicas. Existe a TransEmpregos, que é uma política pública muito adequada para a população transfeminina, especificamente, agora que estamos falando de mulheres. Se uma pessoa chega sem falar português, como ela vai começar a estudar

no Ensino Médio ou na universidade? Deveríamos pensar em como essa política pública poderia estar voltada à pessoa que chega a este país, para que possa começar a estudar português e, assim, receber a política pública da TransEmpregos. Assim, poderíamos pensar em outras estratégias.

A CLT é muito abençoada. É maravilhosa, mas há a pessoa que tem um nome social e um nome civil – ou nome morto – e na CLT constará o nome civil para o imigrante. Imagine que você está no seu emprego e o chamam pelo nome com o qual você já não se identifica. Você foi Maria quando nasceu, mas hoje é Pedro e o chamam pelo nome de Maria. Essa violência é constantemente exercida sobre os nossos corpos e sobre as nossas “corpas”.

São pequenas coisas, com as quais podemos fazer diferença quando pensamos na Casa do Povo. Vocês, do Poder Legislativo, como podem pensar estratégias? Nós, também, como organizações da sociedade civil, como pensamos estratégias para nos fortalecer?

Nós, da Rede MILBi+, há pouco tempo, tivemos a oportunidade de gestar um projeto que se chama LGBTQI+Migra, especificamente sobre empregabilidade e estratégias no mundo do trabalho. Escutamos mais de 54 pessoas imigrantes internacionais LGBTs, que trouxeram as suas experiências. A grande maioria contava situações de violência, de ter que não falar, no trabalho, algumas de suas identidades, seja o país de origem, seja o fato de ser LGBT. Por que isso? Porque essa interseccionalidade é muito complexa.

Agradeço a possibilidade de estar aqui, falando. Agradeço por vocês darem a oportunidade de nós, imigrantes internacionais, fazermos parte da construção deste espaço. Peço, por favor, que pensemos, “juntos”, de que maneira podemos dar resposta a esta interseccionalidade de imigrantes internacionais e refugiados LGBTs.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada pela sua fala, Sra. Florencia.

Gostaria de encerrar as inscrições no plenário, para que possamos dar continuidade. Tivemos, também, um período de inscrições *on-line*. A Sra. Maria José de Freitas está conosco? Não? Ok.

Gostaria de convidar a Sra. Hortense, imigrante congoleza, advogada, ex-Presidente do Conselho Municipal de Imigrações e idealizadora do Espaço Wema. Eu gostaria de pedir que a senhora fale o seu sobrenome, porque eu não consigo.

A SRA. HORTENSE MBUYI MWANZA – É difícil pronunciar duas consoantes que se sucedem, mas os nomes bantus são na maioria assim: duas consoantes, sem vogais no meio. É Mbuyi.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Mbuyi?

A SRA. HORTENSE MBUYI MWANZA – É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada. Tem três minutinhos.

A SRA. HORTENSE MBUYI MWANZA – Boa tarde a nós todos. É um grande prazer estar aqui, para ter esta fala.

Eu agradeço ao Cemir por essa parceria com o Espaço Wema. Wema significa bondade. O Espaço Wema foi criado, iniciado, por ser um espaço da resiliência, por ser um espaço da luta, por tudo que estamos passando. Gostaríamos de ter a palavra, como uma mulher africana, uma mulher preta e refugiada no Brasil.

Quanto à questão laboral dos imigrantes africanos, eu falo porque é o que eu sinto na minha pele: o Brasil recebe mais de 55 nacionalidades e a questão laboral das imigrantes africanas pretas enfrenta essa questão de discriminação e racismo, além da falta de oportunidade que estamos tendo. Além disso, eu gostaria de destacar também a resiliência de cada mulher africana, que tenta reconstituir, que tenta construir do seu jeito, para poder sustentar a sua casa.

É bem difícil quando vivemos em um país onde podemos destacar uma imigração seletiva. Nós fizemos parte daqueles imigrantes que o Brasil não quer, porque nós somos aqueles que não conseguem oportunidade. Somos aqueles que não conseguem espaço, que ninguém quer ouvir – nós, imigrantes pretos. Fora isso, na questão laboral, nós somos chamados pelas organizações, instituições que trabalham com apoio aos imigrantes, para o trabalho pesado.

Eu gostaria de levantar, já que o Ministério Público está presente, falando, que existe falha na lei, sim, porque a lei coloca, ainda, na vulnerabilidade a questão laboral dos imigrantes. Não está havendo proteção para o trabalhador imigrante. Colocam-no na vulnerabilidade, além do racismo institucionalizado que encontramos aqui. A questão da revalidação de diploma continua sendo um mito.

Vejam, no meio do Centro de São Paulo, está cheio de imigrantes africanos dentro dos abrigos. Com quem aprende o imigrante africano a morar dentro de uma ocupação? Por que só existem imigrantes africanas dentro das ocupações? É porque nós não temos como pagar aluguel? É porque nós viemos para São Paulo para viver só nas ocupações? É porque nós estamos aqui para servir de escudo dentro das ocupações e passar por humilhação? Essas mulheres não conseguem se destacar ou sair daquele trabalho pesado porque têm filhos. Têm que levar e buscar os filhos na escola. Têm que trabalhar e vivem em uma ocupação, onde passam por humilhação e são insultadas todos os dias. Será que, no meio dos imigrantes africanos, não existe mulher que seja estudiosa? Não há mulher que tenha profissão? E as outras? Onde encontram emprego? Onde encontram oportunidades? Onde encontram informações?

Queremos equidade; justiça, não. Eu não quero justiça, porque, como advogada e jurista, eu entendo a diferença entre a justiça e a equidade. Eu quero a equidade. A equidade é aquela que chama cada um a entender o lado fraco de cada pessoa. Eu entendo a questão da barreira da língua e eu entendo a questão cultural, porque eu mesma já passei por isso, quando fui chamada a um gabinete de advogado para fazer uma entrevista – eles me julgaram porque eu estava com vestido africano e turbante, mas, na África, eu sou advogada congoleza. Eu me visto daquele jeito para ir ver um processo, para ir a um tribunal de justiça, porque, para nós, esse vestido não é de religião, não. Tem que ser feita a diferença entre a questão religiosa e a questão cultural, o porquê de nos vestirmos daquele jeito na África. Porém, na Justiça, nós entramos e vamos ver o processo, com aquele vestido, porque faz parte da nossa cultura. Equidade é entender o nosso lado fraco e receber-nos assim.

Para concluir, eu gostaria de citar uma escritora congolesa (*Ininteligível*), que disse o seguinte: “A verdadeira liberdade é aquela que nos permite sermos nós mesmos, sem medo de sermos julgados ou rejeitados”. Somos orgulhosas do que nós somos. Nós somos mulheres fortes.

Então, que haja equidade, por favor. Queremos uma política de inclusão. Queremos, também, oportunidade para a mulher imigrante africana e refugiada. Queremos, também, que as portas estejam abertas para receber os nossos projetos. Queremos, também, financiamento e demanda para o que estamos fazendo, para poder entregar ao Brasil o que nós temos.

A África não é apenas miséria. Inclusive, a África não precisa de ajuda, mas do respeito. Queremos que esse respeito nos acompanhe, porque não viemos somente para consumir o que o Brasil tem a nos dar, mas temos a entregar para o Brasil também.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, Sra. Hortense.

Tem a palavra a Sra. Maria Teodora Cruz, imigrante boliviana, do Grupo de Geração de Renda em Guaianases.

A SRA. MARIA TEODORA CRUZ – Boa tarde a todos. Boa tarde aos organizadores, às autoridades. O meu nome é Maria Teodora Cruz. Faço parte do Grupo Rodas Warmis, lá, de Guaianases, com Dona Dilma.

Sobre o trabalho, nós, como imigrantes, queremos ter um trabalho mais digno, melhor, mas, muitas vezes, por causa do medo da rejeição, da vergonha, e por outras coisas, nós não procuramos nos informar. Então, desde já, agradeço às autoridades e ao grupo Cemir por nos brindar, nos receber, nos escutar e nos informar de coisas que precisamos para crescer e melhorar.

Uma das nossas companheiras, a Dona Dilma, estava falando sobre as horas de trabalho. No final do ano isso acontece por quê? É porque é nesses meses que o preço é mais valorizado. Em outros meses, como janeiro, fevereiro, as firmas que nos fornecem serviço diminuem o preço, desvalorizam o nosso trabalho. Como temos que pagar as contas, nós nos

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 29 DE 42

submetemos. Não é somente isso, porque, infelizmente, existem outros que, independentemente da nacionalidade, seja imigrante, seja brasileiro, dão um preço mais reduzido e criam competência.

Eu, graças a Deus, sou autônoma. Eu trabalho para mim mesma. Porém, eu enfrento isso na firma. Eu sei a minha qualidade. Eu sei o quanto eu preciso ganhar para que o meu trabalho seja sustentável e vem outra pessoa e faz por menos. Lá atrás, estão pagando menos aos seus funcionários, que muitas vezes trabalham somente para pagar as contas. Muitas vezes, é por falta de informação, por medo de ser rejeitado, por vergonha ou porque simplesmente se acostumou assim.

A maioria que eu conheço não separa o dinheiro pessoal do dinheiro da oficina, porque, mesmo que seja familiar, com poucos funcionários, é uma microempresa. Muitos de nós não nos formalizamos. É por isso que nós não corremos atrás.

Eu agradeço às autoridades e peço que possam olhar um pouquinho mais para nos fornecerem mais informação, para que possamos ser legalizados, pagar tudo o que temos que pagar, correr atrás do CNPJ. Nós, às vezes, entendemos que vamos perder, mas quem entende o valor de ser regularizado, direitinho, sabe que ganhamos mais sendo legalizados do que estando assim, atrás, nos submetendo a sermos terceirizados, escravizados, a perdermos horas do nosso dia. Como bem falou a Dona Dilma, nesses meses, as pessoas dormem apenas duas ou três horas por noite, porque é nesses meses que recebemos mais pelo nosso trabalho.

Desde já, muito obrigada por nos receber.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, Sra. Maria Cruz, imigrante boliviana.

Gostaria de convidar, também, Falilatou Estelle Sarouna, imigrante togolesa, mãe e vendedora ambulante em São Paulo.

A SRA. FALILATOU ESTELLE SAROUNA – Boa tarde. Meu nome é Falilatou Estelle Sarouna. Eu sou de Togo. Eu cheguei ao Brasil em 2014. Desculpem-me se eu não falo bem o português. Eu estou aprendendo, ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Estamos entendendo bem.

A SRA. FALILATOU ESTELLE SAROUNA – Obrigada.

Eu sou trabalhadora ambulante desde 2015. Eu estou no Brás. Moro no Brás desde 2015. Quando eu cheguei ao Brasil, disseram que era para a gente se sentir bem-vinda no país e, no começo, eu comecei a me sentir um pouquinho bem-vinda, mas eu tenho achado que eu não sou bem-vinda, não. Porém, obrigada por tudo.

Eu vou contar um pouquinho da história que eu tenho, que eu encontrei no Brasil, no dia 15 de dezembro de 2020. Eu sempre acordo às 2h ou 3h da manhã para ir comprar mercadoria. Eu fui comprar mercadoria. Quando estava chegando, encontrei um amigo que me avisou. Falou: “Ester, não vai para casa, porque a polícia está te procurando.” Como tenho pouco tempo, vou direto. Eu perguntei: “Por que não vou para casa?” Ele falou: “Porque a polícia está te procurando.” “A polícia está me procurando para quê?” “Ah, eu não sei, mas não vai para casa.” Eu falei: “Não, eu vou para casa, porque eu não sei.” Então, eu fui para casa. Subi a escada e tirei a chave para abrir a porta. Vi que minha porta estava arrombada, amarrada com um tecido. Chamei a proprietária. Perguntei: “Oi, Ana. O que aconteceu?” Ela explicou para mim: “A polícia estava atrás de você, Ester.” “Por que a polícia está atrás de mim?” “Eu também não sei.” Eu comecei a ligar para minhas irmãs. Então, ela falou: “Está bom.”

Eu mesma peguei o meu documento e a minha irmã ficou com a proprietária. Eu paguei o Uber e fui para a Delegacia da Mooca para saber por que a polícia estava atrás de mim. Eu fui apresentar meu documento. Eles não falaram nada para mim. Olharam e devolveram, de novo. Na terceira vez, alguém me chamou e perguntou: “Você está com advogado?” Eu falei: “Não, eu não estou com advogado.” Depois, ele me chamou e falou: “Você está presa.” Falei: “Estou presa por quê?” “Você não sabe por que você está presa?” Eu falei: “Eu não sei. Eu vim aqui para saber por que a polícia foi à minha casa, arrombou minha porta e fez bagunça na minha casa. Eu não sei. Procurar advogado? Não sei.” “Você está presa por estelionato.” “Estou presa por estelionato? Por quê?” Eles começaram a perguntar quantas casas eu tenho, quantas motos, quantos carros. “Não tenho nada. Eu estou morando de aluguel. Eu trabalho na rua.” Foi assim que eu fui presa por seis meses e alguns dias.

Procurei advogado, que me tirou de lá. Eu fui morar no mesmo endereço. Mesmo assim, em 2022, eu trouxe o meu filho, para ficar comigo. Estou no mesmo lugar que falei. Eu não sei o que aconteceu. Minha advogada me chamou e falou para mim que o juiz me condenou. O juiz me condenou sem me chamar, sem me perguntar alguma coisa. Eu não entendi por que isso aconteceu. Eu não sei. No meu país, as coisas não acontecem assim. Eu não sei nada. Eu não fiz nada. Por que me condenar, sem me chamar? Porque eu sou negra, estrangeira? Eu não sei. Não é assim que funciona no meu país. Eu sei. Tem que me chamar, para ouvir minha voz, para ver minha cor, para ver meu rosto, para me condenar. Até agora, eu não estou entendendo nada.

Eu trouxe a minha história para saber se alguém pode me ajudar a sair desse problema? Eu estou precisando de ajuda para sair desse problema, porque eu não fiz nada. Eu não estou sabendo de nada. Estou no interior de São Paulo. Desde 2014, eu estou no Brasil. Nunca saí de São Paulo. Abriram microempresa com meu nome. É muito dinheiro, com meu nome. Eles têm que investigar para saber. Então, eu preciso de ajuda.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Tem a palavra a Sra. Violeta Lucano Luanzambi, angolana, do Movimento de Moradia Nenhuma Mulher Sem Casa.

A SRA. VIOLETA LUCANO LUANZAMBI – Boa tarde a todos. Agradeço desde já a participação aqui. Agradeço por este tempo de fala sobre imigração, sobre refúgio. É um tema delicado, um tema que leva muito tempo. Precisaríamos de mais e mais sessões. Vou resumir e dar o meu próprio depoimento.

Eu me chamo Violeta Lucano Luanzambi. Sou angolana, imigrante no Brasil. Estou no Brasil desde 2010. Em 2010, não se falava sobre políticas públicas. Não se falava sobre os direitos dos imigrantes. Pelo menos, se falavam, não chegava para nós. Hoje, é claro que as coisas evoluíram um pouquinho. Elas melhoraram um pouco, mas a gente ainda precisa de muitas sessões para chegarmos a uma conclusão.

O que eu percebo é que os imigrantes, principalmente, as mulheres, passam por aqui

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 33

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 32 DE 42

e vocês vão ouvir as histórias todas repetidas. Somos imigrantes, desde os da África, desde os da América Latina, mas passamos por questões e situações muito parecidas.

Hoje, eu faço parte do Movimento FLM, um movimento de luta, moradia e inclusão social, atrelado a isso, também. Esse movimento me foi apresentado no momento em que eu estava dentro do mercado de trabalho, mas eu não estava ganhando o suficiente para poder pagar o meu aluguel. Aí, eu conheci esse movimento. Fui acolhida e hoje eu faço parte da coordenação desse movimento, também ajudando outras imigrantes na mesma condição ou em condição pior do que aquela em que eu estava naquela época.

Inclusive, foi falado pela nossa colega que a maior parte das pessoas está morando dentro das ocupações, justamente por isso. O trabalho é o cerne de todas as questões. Quando você tem um trabalho, você consegue pagar o aluguel, você consegue estudar, você consegue colocar alimento dentro de casa. Quando você não tem um trabalho ou quando você não é remunerado da forma correta, não tem dinheiro, não tem capital para você conseguir suprir todas essas outras áreas. É por isso que o trabalho é a coisa mais importante, principalmente, para o imigrante, quando ele chega aqui.

Contudo, passamos por muitas situações de impossibilidade, de desconforto, principalmente em questões de documentos, como foi muito bem falado pela nossa querida Eliane. Os documentos nunca acabam, nunca estão certos. A gente precisa, o tempo inteiro, estar regularizando, estar atualizando, e, ainda assim, não é suficiente. Acontece muito, também, de as pessoas que vieram com determinados cursos, determinadas formações, terem que passar por revalidação de diploma, que é um processo muito demorado. Então, há muita gente trabalhando em áreas que não são as suas áreas de formação, ganhando o mínimo, e, com o mínimo, em São Paulo, sendo uma das cidades mais caras do Brasil, não é o suficiente.

Então, eu gostaria muito de fazer até uma apelação ao Poder Público, para que audiências como essa não sejam apenas questões humanitárias. Não é uma pauta humanitária, mas que seja algo que realmente seja aprovado, direcionado, levado para os lugares aonde precisam ser levados, para que as pessoas sejam realmente reconhecidas.

Eu vou deixar minha colega falar, também, um pouquinho. Só mais uma questão: estou muito feliz, porque eu estou vendo a sala cheia. Estou vendo pessoas de diversos lugares, de diversos países. Eu acho que temos de continuar, sim, ocupando esses espaços, vindo a audiências públicas como esta ou a outros lugares, também.

Todas as mulheres que precisarem – que estão em condição, por exemplo, de um aluguel absurdo, que não estão tendo moradia e precisam de algum lugar de acolhimento – podem nos procurar no final da reunião.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Tem a palavra a Sra. Ana Izabel, peruana, do Movimento de Moradia Nenhuma Mulher Sem Casa.

A SRA. ANA IZABEL – Boa tarde. Meu nome é Ana. Sou peruana. Também sou do movimento FML. Cheguei aqui por violência doméstica e, Graças a Deus, fui acolhida no movimento. Agora, estou na demanda. Está chegando meu apartamento, para o ano que vem. É Graças a Deus, ao movimento FML, aos coordenadores e a todos.

Obrigada por tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Tem palavra a Sra. Sigufa Farhnam, imigrante refugiada do Afeganistão.

A SRA. SIGUFA FARHNAME – Olá para todos e todas. Meu nome é Sigufa. Sou do Afeganistão. Estou vivendo no Brasil há mais de dois anos. Eu sou advogada. Quando cheguei ao Brasil, o meu país estava com muita guerra. Em um grupo de turistas, em 2021, cheguei do Afeganistão. Tiraram todos os direitos das mulheres do Afeganistão. Eu era advogada, lá, mas eu não consegui mais trabalhar. Mulheres do Afeganistão, agora, não têm nada de direito. Não conseguem ir à escola, à universidade, trabalhar, estudar, viajar. Não têm direito a nada. Por isso, eu precisei sair do meu país e vir ao Brasil.

Agora, que eu vim ao Brasil, há muitas mulheres imigrantes que vêm ao Brasil. Nós sabemos que essas mulheres imigrantes têm problemas no país. Olhem, há mulheres imigrantes com 12 anos de escola, com quatro anos de universidade, com três anos em outra universidade.

Vieram ao Brasil trabalhar com limpeza ou em restaurante, como garçone. Isso não é bom.

Eu quero falar do Governo do Brasil. Vocês dão visto humanitário para mulheres imigrantes que vêm ao Brasil. É uma boa agenda, um bom plantão. Essas mulheres imigrantes vêm ao Brasil. Depois de seis meses ou um ano, deveriam conseguir trabalho como advogadas, jornalistas, médicas em hospitais, com coisas que elas estudaram.

Por exemplo, eu sou advogada. Eu não consegui trabalho como advogada. Eu preciso trabalhar para pagar aluguel. Preciso comer e comprar coisas para a vida. Eu não consegui trabalho como advogada. O que eu estou fazendo, agora? Eu trabalho com três tipos de coisas no Brasil. Temos uma organização que ajuda imigrantes afegãos, mas, para pagamento de aluguel, comida e as coisas de que eu preciso, eu faço doce. Vendo doce árabe, doce do Afeganistão, o que eu não gosto. Eu sou advogada. Eu queria um trabalho como advogada. Também trabalho com prata e pedra.

Essa não é só a minha vida. É a vida de todas as mulheres imigrantes. Temos jornalistas e advogadas, mas que trabalham com limpeza. Essas coisas não são boas. Eu apoio outros imigrantes que vêm ao Brasil, mas eu também preciso de dinheiro para pagamento de aluguel, das coisas de que eu preciso. Eu trabalho.

Muito obrigada às pessoas que me chamaram para vir aqui e conhecer muitas imigrantes mulheres, mas eu tenho uma coisa para o Governo do Brasil. Por favor, as mulheres que vêm ao Brasil, jornalistas, são muito fortes. Apoiem-nas. São advogadas, mas trabalham com limpeza. Isso é muito ruim. Sou advogada no Afeganistão. Existem muitas famílias afegãs que vêm ao Brasil, que têm problemas e que me chamam: “Ah, você é advogada afegã. Por favor, venha nos ajudar.” Eu vou lá conversar com as pessoas. Eu não tenho documento brasileiro, mas eu sou advogada.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Obrigada, Sra. Sigufa. Tem a palavra a Sra. Mayra Ribeiro de Oliveira, assessora da Deputada Federal Sâmia Bomfim.

A SRA. MAYRA RIBEIRO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos, a todas e a todes. Eu

também vou fazer a minha descrição e já parabenizar o companheiro do Ministério Público do Trabalho por isso. Sou uma mulher branca, com deficiência visual. Estou com uma camisa branca com estampas, uma calça marrom e um tênis branco.

Quero saudar a presença de todas vocês e parabenizar, por todo o trabalho, o Cemir, em nome da Soledad. Digo que o mandato da Deputada Sâmia Bomfim está à disposição de todas vocês. É importantíssimo, quando falamos desse assunto tão delicado, das mulheres imigrantes e das mulheres refugiadas, lembrar as nossas companheiras palestinas, que são violentadas, mortas e massacradas cotidianamente. Isso é extremamente importante.

Nós, que somos do Poder Público, precisamos ser provocados. A Soledad e todas vocês tocaram em temas muito delicados, como o trabalho e a violência contra a mulher. Como nós vamos falar de trabalho sem falar de orçamento público? Então, é extremamente necessário que, no final deste ano, em que nós estamos discutindo a LOA, falemos de políticas públicas. Precisamos falar de orçamento público e de destinação de orçamento público para políticas voltadas às mulheres imigrantes. Quando nós falamos sobre a violência contra a mulher, é extremamente necessário recordar que o Governo Estadual cortou a verba de políticas públicas voltadas ao atendimento de mulheres vitimizadas de violência. É importante falarmos que, se a gente não tem orçamento, nós não temos políticas para combater a violência contra a mulher.

Eu sou assistente social. Sabemos como funciona o orçamento público e como funciona este país. Nenhum deslocamento de mulheres imigrantes que vêm para cá é fácil. As mulheres vêm para cá para ter melhores condições de vida, mas, quando chegam aqui, elas vão para a costura. Eu tive contato com as mulheres paraguaias. Acredito que vocês também devam ter contato. São mulheres que trabalharam horas na costura e adoeceram, não só fisicamente, mas mentalmente. Então, nós precisamos falar sobre políticas de saúde mental. Como trouxe aqui a Florencia, da Argentina, a gente não pode só abrir as portas. Nós precisamos falar de permanência e permanecer é direito.

Muito obrigada, gente. Novamente, a Sâmia está à disposição do Cemir, como a Soledad já sabe.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Tem a palavra a Sra. Ruth Alonso, assessora da Vereadora Luana Alves.

A SRA. RUTH ALONSO – Boa tarde a todos, a todas e a todes. Eu também vou me descrever. Eu sou uma mulher branca. Tenho um cabelo grisalho. Estou vestindo uma camisa xadrez e uma calça preta e tenho o meu crachá de trabalho com cordãozinho de arco-íris.

Foram muito boas as falas que me antecederam. Nesse pilar, entendo que estamos construindo o que é violência contra as mulheres. Podemos pensar na violência doméstica e de gênero e na questão do trabalho.

É importante que as companheiras que estão aqui saibam: esta Casa está discutindo orçamento. Qual é o orçamento que Vereadores e Vereadoras estão destinando para a execução da política pública que atende não só a população imigrante? Aí, temos que pensar o quê? Todos os serviços têm de atendê-los e atendê-las. Então, há a questão da violência doméstica. Temos Centros de Referência da Mulher. Há o CRCM e o CDCM. Esses serviços têm de estar plenamente capacitados para receber todas as mulheres que estão em situação de violência e que precisam de apoio.

Temos investimentos nesses serviços? O que esta Casa, olhando a peça orçamentária que chegou desse Sr. Prefeito, está analisando, em relação ao que vai ser destinado à Secretaria de Direitos Humanos, que atende mulheres, população imigrante, LGBTQs, crianças? Quanto à Secretaria de Assistência Social, também, que cuida de abrigo, quais são as condições?

Ontem, a gente estava em frente à Câmara e estávamos em frente à Prefeitura, reivindicando orçamento para a Secretaria de Assistência Municipal. Então, acho que é muito bom estarmos aqui com a Vereadora, mas é importante que vocês saibam que a Vereadora tem de levar essas questões para o orçamento. Ela tem de fazer a defesa de ampliação do orçamento para a defesa de direitos humanos, que inclui – aí, sim – combate à violência contra as mulheres e LGBTQs e a questão da população imigrante.

Também tenho de dizer uma coisa em relação ao trabalho. A gente cansou de ver,

na televisão, neste ano e muito recentemente, o quanto a GCM está sendo utilizada para oprimir a população imigrante que é ambulante. Eles só querem trabalhar. Esta Casa tem condições de fazer diferente, de orientar essa GCM para que ela não oprima a classe trabalhadora.

Então, acho que é importante que a gente esteja aqui, que vocês estejam conscientes dessa competência e de que são esses Vereadores e Vereadoras que têm de estar aqui, discutindo isso, porque, senão, os Vereadores e Vereadoras de Oposição, como a Vereadora Luana Alves, são uma voz que não consegue, além de fazer a defesa, passar projetos de lei que defendam, de fato, a população. Para a política pública, a gente precisa de orçamento e agora é a hora de discutir o orçamento.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Muito obrigada. Gostaria de convidar a Sra. Mariama Bah, da União Africana Alkebulan Sabali Mulher. Tem três minutos, por favor.

A SRA. MARIAMA BAH – Oi, gente. Boa tarde. Meu nome é Mariama Bintu Bah. Eu sou africana, de “Senegâmbia”. Eu falo “Senegâmbia”, porque eu odeio o território. Eu cresci no Peru e aqui. Então, viva o Peru! Como eu falo, eu sou cidadã do mundo. O coração já começa a ficar acelerado.

Eu sou atriz. Para quem gostaria de saber um pouco do meu trabalho, estão no Globoplay alguns trabalhos realizados aqui. Eu sou liderança nacional da imigração, a partir do Fomigra. Eu acho que, para descrever quem eu sou, fica difícil, mas eu quero falar de uma coisa, hoje. Para mim, eu sou um tipo de militante que veio da África há 20 anos e era uma menina. Eu acho que as agendas das lutas sociais sempre foram a partir de mutilação de meninas e de casamentos prematuros e nós lutamos contra isso, independentemente de quem fosse.

Começamos no nosso país e fizemos uma travessia com uma mala cheia de sonhos para realizar. Quando chegamos, a gente se depara com uma coisa que a gente não sabe, mas de que todo mundo falou, aqui: o racismo. Porém, a minha preocupação é que é muito fácil falar de racismo. Todo mundo fala de racismo, mas, quando é para reconhecer, a gente não reconhece. Eu não estou falando de falar de racismo; eu estou falando de atuar no combate ao racismo.

Eu estou falando de mulheres. Eu sou Sabali e eu digo “Sabali Mulher”. Por quê? Porque eu sou sobrevivente de todos os setores que se possam imaginar, de tráfico humano, de doenças psicológicas. Eu estou aqui porque nasci para ser. Eu não serei interrompida. Senão, eu terminaria em um manicômio e eu fiz de tudo para estar aqui.

Eu estou falando isto, hoje. A minha fala não é só para o povo brasileiro, mas estou falando para os imigrantes, mesmo, para o meu povo africano, para o meu povo negro. Não adianta a gente lutar contra a branquitude, falando de racismo, enquanto a gente quer se enterrar, enquanto uma mulher quer enterrar outra mulher.

Eu agradeço às companheiras, como a que saiu. Ela falou e eu não sabia sobre essa atividade da ONU Mulheres. Acho que nem sou eu aquela a procurar a ONU Mulheres. A ONU Mulheres precisa nos conhecer. Somos a sobrevivência do que a Sigufa falou, das meninas que são impedidas de estudar, só porque são de qualquer classe social, porque alguém decide quando a gente pode se casar ou não ou porque alguém decide sobre o nosso corpo.

Em 2018, eu criei um trabalho chamado Sabali e Sabali é o sobrenome da minha mãe, uma mulher que perdeu a vida em violência e nunca teve a coragem de falar. A gente espera uma África perfeita e, ao sair para salvar da violência uma menina com outra menina, entrei na América Latina. Não fazia ideia do que estava fazendo.

Sobrevivi ao tráfico humano. Sobrevivi a um monte de coisas. A uma garota bonita, com ofertas de trabalho, é dito: “Você está sofrendo porque você quer, porque você poderia ser uma garota de programa.” Ou, por exemplo: “Talvez, se você pegar essa mala e levar para algum lugar ‘x’ ou ‘y’, você pode tirar sua família da pobreza.” Recuei e eu agradeço por ter recuado, até para ver o que aconteceu no Rio de Janeiro, porque eu poderia aceitar, por querer salvar minha mãe, e terminar ali. Nem todo mundo poderia saber que eu sou vítima.

Então, eu estou querendo trazer uma consciência. Eu sou uma mulher que não aceita ser representada por quem não me respeita, não me enxerga e não acredita na minha luta. Eu quero dizer que a África é como a gente falou, da diversidade. Eu sou da Gâmbia. A Gâmbia é um pequeno país dentro do Senegal, engolido por colonização. A gente nem é um país, nem

outro. Então, ninguém sabe da Gâmbia.

Existem várias coisas entre nós, mulheres imigrantes. É um imigrante oprimindo outro imigrante. É um imigrante puxando o tapete de outro imigrante. É um imigrante roubando projetos de outro imigrante e entregando-os aos seus aliados. Por quê? Porque ele é apoiado. A gente precisa diversificar a imigração e nós precisamos ser ouvidas.

Eu agradeço à Soledad, que organizou isso. Da próxima vez, lembre-se do meu rosto, porque talvez nem todo mundo vá se lembrar de mim. Eu já fui aplaudida e agradeço a essas meninas pela flor. Quando a Gâmbia quis revogar a circuncisão feminina, quando a gente buscou apoio, parecia que ninguém ouvia, mas eles nos abraçaram e falamos disso.

Hoje, você vai ver pessoas fazendo projetos falando disso. Ocupam o lugar do orçamento. Nós somos meninas que trabalham aos dez anos. Sobrevivemos à luta e ainda prestamos nosso corpo para trabalhar. Como falo, sou voluntária da Cáritas há muitos anos. Para tudo que tem de projetos sou voluntária, porque a gente pensa a partir do que a gente passa. A gente não quer aceitar isso para outra pessoa.

Entretanto, quem determina e reconhece as lutas? Por que algumas são reconhecidas e contempladas e outras, não? Às vezes, é muito difícil para nós. A gente se afoga dentro das palavras. A gente tem muito para falar e é por isso que pego esta oportunidade. Como falo, a gente precisa ser incluída, reconhecida e apoiada. A gente precisa disso, como liderança. Hoje, eu não falo por mim; eu falo por outras meninas com sonhos. Represento mulheres no Brasil.

Eu não vou falar de cor, porque a cor não me representa, embora a consciência racial eu tenha, porque estou falando da África em um país que também construiu e ainda não conseguiu resolver, como foi falado, o racismo dentro do Brasil. Então, se o brasileiro passa por racismo, agora imaginem a nós, africanos. Imaginem pessoas de países como a Gâmbia, dos quais você fala e as pessoas dizem: “Eu nunca ouvi falar.” Contudo, nós estamos aqui. Representei as mulheres em São Paulo. Dentre cinco mil mulheres, eu era a única delegada de São Paulo. Fiz minha voz ecoar e eu não vou ser calada.

Agradeço a todos vocês. Incluam-nos nas lutas e vamos lutar para colocar o Dia da África no calendário do Brasil, por todo o legado que os brasileiros têm. Nós lutamos para fazer o Dia da África, sem nenhum apoio e com intenções de boicote, mas a gente conseguiu, com o apoio da Vereadora Luana Alves. É importante quando a gente é abraçada, porque a narrativa positiva do imigrante também faz a mudança.

Então, desejamos que vocês nos apoiem. Queremos ter o Dia da Mulher Africana e comemorar com o Ministro. Às vezes, é de pequenas coisas que a gente precisa para dar a virada. Isso se vê a partir de histórias positivas, e não de vítimas. A gente já passou dessa fase.

Eu quero agradecer. Meu nome, mais uma vez, é Mariama Bah. Sinto gratidão por estar aqui. Enfim, é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Ely Teruel) – Parabéns. Obrigada.

Gostaria de agradecer a todos os presentes. Foi, realmente, uma tarde muito especial, em que, por meio do primeiro contato que tivemos com a Sra. Soledad, esta Vereadora, como Presidente da Comissão de Saúde, Trabalho e Mulher, não só a recebeu com todo carinho, mas também a Sra. Dilma, com aquele trabalho lindo que vocês fazem, manual, como costureiras. Parabéns.

Eu creio que tivemos a oportunidade de ouvir todos, nesta tarde, e de ampliar esse trabalho. Podem ter certeza de que esta Vereadora Ely Teruel estará sempre diante de um coração aberto para cuidar dos temas tão importantes e das histórias que hoje tivemos a oportunidade de conhecer. Parabéns a cada um. Eu sei que é uma luta.

Nós chegamos ao fim da nossa pequena audiência pública. Como a nossa colega falou, precisamos de muita voz. Precisamos de tempo, mas eu acho que este é um primeiro passo. Eu acho que é a oportunidade que tivemos.

Vocês já tiveram outras audiências, aqui, ou esta é a primeira? Primeira vez? Que bênção! Então, estão vendo? Eu acho que vale a pena lutar.

É como eu disse: unidas, nós, mulheres, precisamos, independentemente de cor, de raça, de religiosidade, de partido, principalmente, estar aqui, juntas, trabalhando muito pelas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 41 DE 42

fls 42

nossas mulheres. Só relembro que esta data ficará dentro do meu coração: dia 14 de novembro, em que nós criamos o projeto de lei.

Como ela comentou, também, que gostaria de colocar no calendário da cidade o Dia da África, nós colocamos aqui um projeto em primeira votação – e já foi aprovado pelo plenário, o que nós celebramos –, para incluir no calendário de eventos da cidade de São Paulo o Dia da Mulher Imigrante. Então, é uma vitória. Estamos começando a caminhar, com esta vitória.

Chegamos, gente, ao fim desta audiência, com o coração cheio de gratidão. Hoje, vivemos um momento que vai muito além das falas e dos debates. O que aconteceu aqui hoje foi um encontro de histórias, de culturas e de sonhos. Foi um lembrete de que a força das mulheres não tem fronteiras. Ela atravessa países, idiomas e desafios. Ouvir cada depoimento, cada experiência, é entender que a cidade de São Paulo é feita por muitas mãos e que, dentre essas mãos, estão as das mulheres imigrantes, que, todos os dias, constroem, com coragem, a nossa cidade, mas que precisam ser olhadas com um olhar diferenciado.

Esta audiência não termina aqui. Pelo contrário, ela é um ponto de partida. A partir do que ouvimos hoje, Sra. Soledad, vamos levar essas demandas adiante, transformar palavras em ações e continuar trabalhando por políticas públicas que acolham, protejam e deem, também, oportunidades reais para todas vocês.

Quero agradecer profundamente a presença das nossas convidadas, do Sr. Ruy, da Sra. Eliane, da nossa querida Sra. Aline, da Sra. Soledad, que nos brilhou participando desta Mesa, das instituições parceiras, do público e, é claro, da minha equipe, que fez com que esta reunião acontecesse com todo carinho. Agradeço, também, à Comissão de Saúde. Eu, como Presidente desta Comissão, estarei sempre aberta para a gente dialogar e tratar não só do trabalho e da promoção social, mas também das mulheres.

Agradeço, também, a cada mulher imigrante que abriu seu coração e derrubou as suas lágrimas para falar da sua história e compartilhá-la com a gente. Saibam que a voz de vocês ecoou nesta Casa pela primeira vez e será ouvida sempre. Que a esperança que nos trouxe até aqui continue nos guiando e que a fé e a solidariedade sigam nos unindo. Que nunca falem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 43

REUNIÃO: 21530 DATA: 14/11/2025 FL: 42 DE 42

amor, empatia e coragem, para seguirmos lutando por um mundo mais justo, mais humano e mais igualitário.

Muito obrigada. Que Deus abençoe a todos nós.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito boa tarde.